

4 A avaliação em narrativas

Os fatos são sonoros mas entre os fatos há um sussurro. É o sussurro o que me impressiona.

Clarice Lispector, 1999:24

A visão socioconstrucionista de narrativa oral de experiência pessoal na qual me apoio neste estudo com o intuito de compor a arquitetura teórica pressupõe a ideia de que *conhecemos através do contar*, ou seja, é durante o ato de narrar que (re)construímos nossas vivências e podemos compreender, mesmo sem ter conhecimento, o que está sendo oferecido pelo contexto pedagógico. O fato de estas narrativas serem consideradas elementos semióticos mediadores no processo pedagógico pressupõe uma visão de sala de aula, bem como de ensino/aprendizagem, que dê suporte a esta possibilidade de conhecimento, como comentado no capítulo 3.

Nos capítulos anteriores me detive em identificar e discutir as principais características das narrativas orais de experiências pessoais e suas funções. Assim, para este estudo, proponho que as narrativas de experiências pessoais sejam entendidas como manifestações espontâneas que proporcionam possíveis (re)construções de experiências. Estando integradas ao discurso do conteúdo pedagógico, estas modalidades narrativas são vistas como ferramentas semióticas mediadoras no processo de construção social do conhecimento pedagógico. Por serem expressões do interpensamento narrativo, as narrativas de experiências pessoais também atuam como um *lócus* para construção social do conhecimento, criando oportunidades de aprendizagem e agindo como uma *via de mão dupla* no processo pedagógico, uma vez que, como uma *ponte*, ligam a experiência particular ao ambiente educacional e vice-versa (Vygotsky, [1984]1998; Bruner, [1990]1997, 1994; Allwright, 2000; Mercer, 2000; Ochs e Capps, 2001; Hasan, 2002a, 2002b; Nóbrega Kuschnir, 2003).

Todas estas características das narrativas revelam a sua importância e contribuem para a sua reportabilidade no contexto de sala de aula. Contudo, outro aspecto destas narrativas deve ser comentado: a relação de interdependência entre avaliação e reportabilidade em atividades narrativas. Minha proposta baseia-se na ideia de que, ao (co)avaliarmos uma história, estamos, ou não, contribuindo para que esta seja reportável em um determinado contexto – ou seja, é durante o momento de avaliação que a narrativa pode ser considerada contável e relevante –, e é nesta ocasião que uma possível construção do conhecimento pedagógico parece ocorrer.

Esta estreita relação entre avaliação e reportabilidade proporciona um forte suporte para a discussão apresentada neste trabalho, pois contribui para que as narrativas orais analisadas sejam vistas como elementos significativos no processo de construção do conhecimento pedagógico. Este aspecto realça o ponto chave para a análise da avaliação neste estudo, visto que os momentos das ações avaliativas podem propiciar a construção de um conhecimento pedagógico em sala de aula. Ao (co)avaliar uma história narrada, alunos/professores, aparentemente, encontram-se em um momento de interpensamento narrativo, fazendo conexões entre o evento relatado e o proposto pelo ambiente instrucional (cf. cap. 2, p. 39).

A temática da avaliação tem sido abordada por diferentes autores a partir de posicionamentos diversos, e uma definição *fechada*, isto é, centrada em apenas uma perspectiva, provocaria uma ideia limitada deste elemento narrativo. Como sugere Bastos (2005:76), “o mais complexo e, certamente, o mais fascinante elemento da estrutura narrativa (...) é a avaliação”. Page (2003:211) acrescenta que “a avaliação é um conceito que cruza fronteiras e possui aplicações diversas e, mesmo dentro da área de linguística, o termo é usado de forma diferente por um grande número de pesquisadores”. Um exemplo disto pode ser obtido na investigação conduzida por Hunston e Thompson (2001), que revela as múltiplas interpretações e usos da avaliação dentro da área de estudos da linguagem.

Entretanto, precisamos saber que, apesar de ser de interesse comum a diversas áreas linguísticas, a avaliação deve ser investigada de acordo com pressupostos particulares, relacionados a cada perspectiva teórico-metodológica, não sendo cada abordagem, portanto, “uma duplicata exata da outra” (Page, 2003:212).

A seguir, apresento e discuto algumas visões de avaliação nas quais me baseio para conduzir esta investigação.

4.1

Avaliação e atividade narrativa: construindo pontes

A proposta que adoto centra-se, principalmente, em duas perspectivas que tratam da temática da avaliação e, portanto, embasarão a arquitetura teórica deste estudo: *abordagens sociolinguísticas de narrativa* (Labov, 1972; Linde, 1993, 1997; Norrick, 2000; Ochs e Capps, 2001; Cortazzi e Jim, 2001; entre outros), e *Teoria da Valoração* (Martin, 1997, 2001, 2005; 2006; Martin e White, 2005; White, 2009). Ambas as abordagens serão tratadas a partir da perspectiva dos falantes através da noção de funcionalidade, ou seja, a partir da investigação da linguagem em seu uso, como proposto pela Linguística Sistêmico-Funcional (cf. cap. 2, p. 40). Apesar das abordagens sociolinguísticas de narrativa e da Teoria da Valoração desenvolverem investigações com propósitos diferentes – e realizadas de maneiras diversas –, a questão da avaliação é essencial para ambas e, como veremos, muitos são os possíveis pontos de contato entre elas.

Para esta análise, considero como abordagens sociolinguísticas de narrativa as perspectivas teóricas que conduzem suas investigações através de um foco contextual, ou seja, a linguagem (no caso, a prática avaliativa) é analisada tendo os aspectos sociais como ponto de partida, e suas funções sociais são ressaltadas de acordo com contextos específicos (práticas sociais). Deste modo, todas as perspectivas teóricas comentadas neste item compõem a primeira abordagem que utilizo com o propósito de investigar a avaliação em narrativas.

A segunda abordagem, Teoria da Valoração, também se baseia em aspectos sociais e funcionais para conduzir investigações acerca da prática avaliativa. Contudo, por apresentar uma investigação dos elementos avaliativos a partir de uma análise textual – diferentemente das abordagens sociolinguísticas de narrativa –, neste estudo esta perspectiva teórica será apresentada separadamente.

Por poderem se entrelaçar em alguns aspectos, a união destas duas correntes teóricas possibilita uma identificação e análise mais abrangente dos elementos avaliativos, ressaltando suas funções e propósitos neste contexto de pesquisa.

4.1.1

Avaliação e abordagens sociolinguísticas de narrativa

A investigação dos elementos avaliativos em diferentes abordagens sociolinguísticas de narrativa teve início a partir dos estudos propostos por Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), que sugerem uma estrutura básica da narrativa (cf. cap. 3, p. 55). A partir dos estudos conduzidos sobre narrativas de experiências pessoais, os autores sublinham a importância da avaliação e propõem que a sua função é informar sobre a carga dramática e/ou emocional da situação, eventos e/ou protagonistas da narrativa. Labov e Waletzky entendem o ponto como a razão de ser da narrativa, já que esta é o meio que o narrador utiliza para indicar o porquê de uma história ser ou não contável (reportável), bem como é usada para indicar qual o *ponto* da mesma (isto é, o motivo pelo qual uma história é contada).

Labov e Waletzky (1972 in Cortazzi e Jim, 2001:105) propõem que as narrativas possuem duas funções sociais: uma *referencial* – que dá à audiência informações através da recapitulação de experiências do narrador – e outra *avaliativa* – que comunica o significado da narrativa, estabelecendo o seu ponto, fazendo com que os eventos narrados sejam reportáveis, recontáveis e relevantes.

Ainda de acordo com Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), a avaliação pode ocorrer de duas maneiras básicas durante o relato de uma história – de forma *externa* ou *encaixada*. A **avaliação externa** pode ser encontrada quando um narrador interrompe o relato de sua experiência para comunicar diretamente ao ouvinte qual o seu ponto de vista sobre o fato narrado. Seria o caso, por exemplo, de um trecho retirado do Fragmento 2 da análise dos dados que apresento neste trabalho (cf. cap. 6, p. 139), quando, ao relatar uma situação de embaraço vivida em um banco, a narradora Joana suspende o seu relato diz:

“... [eu fiz] uma quizumba no banco porque eu queria o tal do recibo ...”

Na **avaliação encaixada**, a carga dramática é dada de forma indireta, através de recursos linguísticos gramaticais, semânticos ou prosódicos, tais como entonação, alongamento de vogais, aceleração ou diminuição do ritmo de voz, aumento ou diminuição do tom da voz e repetições de palavras. Voltando ao exemplo do desconforto vivido por Joana, durante o seu relato a narradora usa os

recursos de repetição (“papel timbrado com carimbo e assinado”), fala mais baixa (“e o gerente veio falar comigo”), bem como alongamento de vogais (“muito educado”) para autoavaliar a sua experiência.

“... e eu falava eu falava assim eu quero papel timbrado com carimbo e assinado eu falava isso o tempo todo papel timbrado carimbo e assinado °e o gerente veio falar comigo° muiiito educado ...”

No caso da avaliação encaixada, estes elementos servem como transmissores do ponto de vista do narrador, podendo, então, serem entendidos como elementos avaliativos. Estes podem estar presentes não apenas nas seções de avaliação, mas igualmente em qualquer outro ponto da narrativa, estando em acordo com o proposto pela Teoria da Valoração, que entende que a avaliação ocorre ao longo do texto – sendo este texto a própria unidade de análise –, como veremos adiante neste capítulo (cf. pp. 94).

Labov ainda ressalta que existem ocorrências de **avaliação intermediária**, que se posicionam entre o externo/explicito e o encaixado/implícito. A introdução no texto narrativo de falas reportadas próprias ou de outras pessoas que avaliam as ações do narrador é um exemplo desta forma de avaliação. O trecho abaixo, retirado do Fragmento 8, p. 243), evidencia uma fala relatada pela narradora Carla, narrando uma experiência que teve em sala de aula:

“... minha aluna. Eu conhecia ela. Ela estava até fazendo o projeto de mestrado aqui e ela falou assim: ‘Fulana gosta de estudar, é cabeçação né, Carla? Eu não vou conseguir ela é cabeçação’. E eu [disse]: ‘O que é cabeçação?’ ‘Ah, ela, pô, ela sabe tudo; ela pega tudo; ela é o máximo. É isso.’ ...”

Podemos perceber, portanto, que a avaliação é parte do ato de narrar. Como apontado por Lira (1987:99),

Labov (1972) considera a avaliação como uma estrutura secundária que está concentrada na seção de avaliação, mas que pode ser encontrada de diversas formas em qualquer ponto da narrativa. Qualquer elemento que indique o valor de certos eventos em relação ao ponto da história ou dê relevo de alguma forma ao narrador, aos protagonistas e à situação, pode ser considerado como um elemento avaliativo do texto. *Assim a definição fundamental da avaliação deve ser semântica.* (itálico proposto neste trabalho)

A análise dos componentes avaliativos das narrativas que apresento nesta pesquisa baseia-se nesta ideia de avaliação como um elemento semântico. Adiante, discutirei que a noção de “avaliação/semântica” permeia outras perspectivas teóricas e é através deste ponto de vista a respeito da avaliação que pretendo ressaltar possíveis momentos de socioconstrução de conhecimento nas narrativas relatadas no contexto de sala de aula.

4.1.1.1

Três momentos na avaliação: *na narrativa, da narrativa e através da narrativa*

Os precusores estudos de avaliação em narrativas de experiências pessoais conduzidos por Labov (1972) abriram caminhos para outras possibilidades de interpretação da atividade avaliativa. Cortazzi e Jim (2001), por exemplo, partindo dos fundamentos teóricos desenvolvidos por Labov e Waletzky (1967), julgam que o ato de avaliar não é apenas um componente estrutural da narrativa, mas também uma forma de se reagir a esta, estando a história e seu narrador sujeitos à avaliação por ouvintes/leitores. A avaliação é vista pelos autores como o critério principal da narrativa, sendo a chave para a interpretação das atitudes de participantes em uma atividade narrativa.

Ainda, para Cortazzi e Jim (2001), a avaliação proposta por Labov e Waletzky centra-se apenas no texto narrativo, não indo além deste, e consideram ser esta uma visão descontextualizada da avaliação em narrativas. A partir deste posicionamento, os autores apresentam uma expansão do critério da avaliação, propondo três camadas avaliativas: avaliação *na* narrativa, *da* narrativa e *através da* narrativa. Desta maneira, pretendem ressaltar a importância do contexto e dos aspectos socioculturais nos estudos relacionados às narrativas, bem como objetivam mostrar a avaliação como um recurso narrativo multifuncional e que “(...) avaliar a avaliação em narrativa vem a ser [uma tarefa] extremamente complexa” (Cortazzi e Jim, 2001:103).

A primeira camada da avaliação, **avaliação na narrativa**, apoia-se no modelo laboviano comentado no item 4.1.1 (cf. p. 79). Cortazzi e Jim (2001:102) comentam que uma avaliação centrada apenas *na* narrativa apresenta uma visão muito limitada e necessita complementação. Necessitando tornar o seu relato um evento reportável, o narrador espera uma resposta favorável de seus interlocutores

narrativos, ou sua narrativa poderá falhar, apresentando-se incongruente com o contexto. Através do uso de recursos avaliativos, o narrador pode, portanto, cativar a audiência e tornar relevante a sua experiência. Conseqüentemente, a avaliação dos interlocutores torna-se necessária para que o narrador permaneça em seu papel, o que nos leva a crer que uma avaliação *na* narrativa pode evocar uma avaliação *da* narrativa.

A **avaliação da narrativa** é sugerida por Cortazzi e Jim (2001) como a segunda camada avaliativa em histórias, indo além do texto proposto pelo narrador. Nesta modalidade de avaliação, percebemos como as histórias são recebidas pelos ouvintes quando estes participam ativamente, (co)avaliando episódios narrativos. Para os autores, a avaliação, por não se localizar apenas *na narrativa*, pressupõe uma negociação constante entre os interlocutores narrativos, e os fatores socioculturais desempenham um papel de extrema importância no processo avaliativo. É nessa segunda camada da avaliação que a audiência irá interpretar a narrativa a partir de fatores socioculturais específicos, ou seja, é durante a avaliação *da* narrativa que ouvintes demonstram (ou não) a compreensão do ponto do evento narrado (o que neste estudo é evidenciado através da Função 7, cap. 7, p. 220), como também sinalizam e consideram se a história é relevante ou não, isto é, reportável (cf. cap. 7, Função 3, p. 204).

Cortazzi e Jim (2001:110) também chamam atenção para o fato de que os narradores se esforçam ao máximo para produzir uma reação na audiência. Sem um “recibo” – isto é, sem a apreciação do relato e/ou do narrador por parte dos interlocutores –, o narrador pode interpretar que sua narrativa não foi compreendida pelos ouvintes, que sua história pareceu inacabada, ou, até mesmo, irrelevante. Este recibo é, portanto, um tipo de avaliação necessária para que a prática narrativa seja relevante tanto para o narrador como para os ouvintes.

Este foco no “outro” interacional revelado por Cortazzi e Jim (2001) leva a uma terceira modalidade de avaliação proposta pelos autores: a avaliação **através da narrativa**. Esta última camada avaliativa é apresentada pelos autores como sendo a expressão de “um sentido mais forte do contexto no estudo da narrativa” (Hunston e Thompson, 2001:102), sendo utilizada para indicar as possíveis maneiras nas quais o narrador é avaliado. Este último tipo de avaliação fundamenta-se no fato de que

As pessoas contam histórias em parte por objetivarem projetar sua *persona* – o relato de histórias é por si só um convite à avaliação do narrador (...). Ao mesmo tempo, a avaliação através da narrativa pode ser vista sob uma perspectiva diferente: histórias podem ser usadas para avaliar situações nas quais o narrador e a audiência se encontram. O sentido da história apenas pode ser compreendido caso a sua relevância para o contexto de narração seja percebida (Hunston e Thompson, 2001:102).

Nesta terceira forma, Cortazzi e Jim (2001:114) realçam que “a avaliação através da narrativa pode significar que os narradores, os ouvintes ou suas situações são avaliados através do relato” e que,

(...) ao localizar a avaliação *na* narrativa, os pesquisadores podem analisar as percepções dos falantes ou avaliações *de* questões ou situações socialmente importantes, bem como crenças centrais que são comunicadas, e talvez produzidas, *através* da narrativa (Cortazzi e Jim, 2001:115, *itálicos no original*).

A Figura 9, a seguir, ilustra as três camadas de avaliação propostas por Cortazzi e Jim (2001) e apresenta as suas principais funções:

Camada avaliativa	Características
Avaliação na narrativa	Avaliação realizada no texto narrativo. É relacionada à avaliação laboviana e usa recursos gramaticais, semânticos ou fonológicos como forma de expressão da prática avaliativa.
Avaliação da narrativa	Foco interacional, contextual e na forma como os interlocutores narrativos recebem a história, avaliando-a de acordo com critérios contextuais e socioculturais. Exige negociação constante entre os (co)avaliadores para a produção de “recibos” avaliativos.
Avaliação através da narrativa	Foco contextual . Momento no qual interlocutores e/ou suas situações são avaliados e o sentido da história apenas poderá ser compreendido caso a sua relevância para o contexto de narração possa ser vista.

Figura 9 - Camadas avaliativas e suas funções (Cortazzi e Jim, 2001).

Ao analisarmos as três camadas introduzidas pelos autores, podemos estabelecer um paralelo destas com as variáveis contextuais propostas pela Linguística Sistêmico-Funcional: campo, relações e modo (cf. cap. 2, p. 46). A figura a seguir pretende ilustrar esta correlação, proposta no capítulo 2 (cf. Fig. 7, p. 51), quando sugeri a explicitação do contexto situacional através do interpensamento narrativo. A expansão desta figura sugere mais um elemento da interdependência e complementação dos componentes da arquitetura teórica deste trabalho.

Variável contextual	Interpensamento narrativo	Ação avaliativa
Campo	Processo de socioconstrução do conhecimento em sala de aula	Avaliação <i>através</i> da narrativa
Relações	Interlocutores narrativos	Avaliação <i>da</i> narrativa
Modo	Relato de experiência pessoal	Avaliação <i>na</i> narrativa

Figura 10 - Inter-relação entre as variáveis contextuais e as camadas da avaliação.

A interpretação desta figura nos revela que a variável *campo* pode ser evidenciada na ação avaliativa *através da narrativa*, uma vez que, através da avaliação, podemos valorar as situações e o foco centra-se na atividade em curso, no que está acontecendo no momento do relato. Quanto à variável *relações*, esta pode ser identificada durante o momento de avaliação *da narrativa*, já que pressupõe o foco nos participantes da interação e nas negociações entre estes. Estas duas camadas encontram-se além do texto proposto, relacionando-se diretamente ao contexto no qual o relato é produzido, diferentemente do último tipo de avaliação: *na narrativa*. Esta terceira camada avaliativa centra-se apenas no texto, destacando os elementos linguísticos gramaticais, semânticos ou prosódicos inseridos no mesmo e, por isso, pode ser relacionada à variável *modo*.

A proposta multifuncional de análise da avaliação proposta por Cortazzi e Jim (2001) nos revela a complexidade da prática avaliativa, quando mesmo uma

história de poucas linhas geralmente apresenta esta interdependência dos recursos avaliativos. Como visto, alguns destes recursos encontram-se explícitos no próprio texto narrativo, enquanto outros se localizam além deste, na avaliação do narrador/audiência, emergindo durante o momento coletivo de avaliar.

Assim, a avaliação varia de acordo com *quem* está avaliando, *que tipo* de narrativa, *em que tipo de contexto*. Esta visão de avaliação em narrativas nos leva a considerar a avaliação como uma *prática social*, como apresentado a seguir.

4.1.1.2

Narrativa, avaliação e prática social

A estreita relação entre avaliação e prática social proposta por Cortazzi e Jim (2001) também pode ser compreendida através do proposto por Charlotte Linde (1997), já que para a autora a noção de contexto é essencial para entendermos a avaliação. Expandindo também a clássica e já comentada definição de avaliação proposta por Labov (1972), a autora analisa a avaliação como elemento de negociação em interações sociais.

Linde (1997) entende a avaliação como um fenômeno amplamente presente na narrativa. De acordo com a autora, podemos considerar como avaliação “qualquer instanciação produzida pelo falante que tenha sentido social ou indique o valor de uma pessoa, coisa, evento ou relacionamento” (1997:152). Tal abordagem considera a avaliação como fator relacionado intrinsecamente à dimensão moral da linguagem.

Ao ampliar a noção laboviana de avaliação, Linde (1997) propõe duas dimensões avaliativas: *referência à reportabilidade* e *referência às normas sociais*. A primeira diz respeito ao fato de histórias relatarem eventos não previsíveis e/ou esperados (cf. cap. 3, p. 68). A segunda dimensão da avaliação, usada para estruturar a narrativa, refere-se às normas sociais – aos comentários morais ou percepções de mundo (emitidos durante o relato da história), ou de como este mundo deveria ser; quais comportamentos são ou não adequados, que tipo de pessoas são os falantes e ouvintes, ao criarem, juntos, uma forma particular de julgamento normativo. Para Linde (1997:153), “uma avaliação deste tipo compõe o coração da narrativa; a narrativa oral visa muito mais alcançar um acordo sobre significados morais em diversas ações do que um simples reportar destas mesmas ações”.

A avaliação em narrativas é, portanto, vista por Linde (1997) como uma prática social, funcionando como fator essencial para a compreensão de uma determinada pessoa, de suas ações e de seu contexto. Assim como para Cortazzi e Jim (2001), a avaliação não é entendida por Linde (1997) como produzida por um único falante, mas deve ser *negociada* por todos os participantes. Os significados morais da avaliação serão produzidos não apenas pelo narrador, mas por um processo de negociação entre todos os interlocutores narrativos.

Enraizado na sociedade e nas tradições, o posicionamento moral é um elemento relacionado ao que é bom ou valioso, ou como uma determinada pessoa deve viver no mundo. Os seres humanos julgam a si mesmos e aos outros de acordo com padrões de bondade e generosidade: eles elogiam, culpam, ou ainda avaliam as pessoas de acordo com o seu comportamento. Os narradores de experiências pessoais avaliam os protagonistas agindo como agentes morais, sugerindo que “as narrativas de experiências pessoais proporcionam uma forma secular que, de forma interativa, constrói uma filosofia moral de como devemos viver” (Ochs e Capps, 2001:46). As ações, pensamentos e sentimentos dos protagonistas são interpretados à luz de noções particulares de bondade ou generosidade. Portanto, as avaliações realizadas pelos interlocutores de uma narrativa costumam seguir o parâmetro “bom-ruim” de julgamento, e os nossos valores e crenças baseiam-se neste parâmetro para serem construídos.

A análise da avaliação a partir de uma perspectiva sociolinguística mostra a importância do contexto, dos fatores socioculturais e interacionais para o processo narrativo. Conforme apresentado no início do item 4.1 (cf. p. 78), a relevância do contexto, da cultura e do outro interacional também se encontra presente na abordagem de avaliação proposta pela Teoria da Valoração, principalmente a partir do suporte teórico proposto pela Linguística Sistêmico-Funcional, como discutirei no item 4.1.2, a seguir.

4.1.2

Avaliação e Teoria da Valoração

A Teoria da Valoração¹³ relaciona-se a outros modelos teóricos que igualmente focam suas investigações na questão da avaliação, tendo sofrido grande influência das contribuições dadas por Halliday (1994), Labov (1972) e Biber e Finegan (1982).

Os fundamentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994) formam a base da Teoria da Valoração. Durante um período de mais de quinze anos, um grupo de pesquisadores – liderados por Jim Martin (1997, 2001, 2006) – conduziu estudos voltados para avaliação a partir desta abordagem sistêmica. Inicialmente, os trabalhos enfocavam a análise do afeto em vários tipos de narrativas, mas, ao longo dos últimos anos, diversas pesquisas têm sido desenvolvidas em diferentes áreas de Estudos da Linguagem, incluindo a análise de conversas casuais (Eggins e Slade, 1997), educação e contextos profissionais (Christie e Martin, 1997), mídia (White 1997, 2009), uso de tecnologia no ensino de línguas (Marques, 2006) e interações *online* através de fóruns de discussão (Wilson, 2008).

Além de pautar-se na fundamentação teórica de Labov (1972) e da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994), a Valoração também se fundamenta nas contribuições oferecidas por Biber e Finegan (1989) e Conrad e Biber (2001), que discutem a temática da avaliação na linguagem a partir do conceito de “posicionamentos” (*stances*). Para Martin e White (2005:40), a representação da valoração oferecida por sua teoria está, provavelmente, mais fortemente relacionada a esta ideia de posicionamentos. Ou, como nas palavras de Balocco, Carvalho e Shepherd (2007:649),

Avaliação, Posicionamentos ou Valoração são termos guarda-chuvas que incorporam a expressão de falantes e escritores [acerca do] ‘ponto de vista ou sentimentos sobre entidades ou proposições que ele ou ela [falantes/escritores] estão falando a respeito’.

¹³ De acordo com os fundamentos da Teoria da Valoração, todas as palavras que se referem aos sistemas e subsistemas avaliativos são escritas com letras maiúsculas para que possam ser diferenciadas. Neste estudo mantenho esta posição, e letras maiúsculas são usadas como forma de identificação dos sistemas e subsistemas propostos na teoria.

Tal como para as abordagens sociolinguísticas de avaliação, o contexto possui grande importância para a Teoria da Valoração. Da mesma forma que Cortazzi e Jim (2001), Linde (1997), Ochs e Capps (2001), entre outros autores anteriormente citados, Martin também desenvolve a Teoria da Valoração tomando por base os aspectos socioculturais e contextuais da avaliação.

4.1.2.1

Construindo uma ponte entre abordagens sociolinguísticas de narrativa e Teoria da Valoração

Apesar de podermos encontrar diferentes pontos de vista em abordagens sociolinguísticas de narrativa (cf. cap. 3, p. 55), o paralelo que aqui estabelecemos toma por base aspectos comuns que estas abordagens possam apresentar entre si e a Teoria da Valoração.

Um primeiro ponto de contato – e talvez o mais relevante – relaciona-se ao fato de teorias “pós-labovianas” (Cortazzi e Jim, 2001; Linde, 1997; Ochs e Capps, 2001; Martin, 2001; 2006) discutidas nesta pesquisa centrarem sua atenção no **contexto**, em fatores socioculturais e interativos, como já mencionado anteriormente.

Além disso, as teorias abordadas também focam suas análises na **dimensão interpessoal** da avaliação. Na proposta laboviana, por exemplo, esta dimensão encontra-se implícita no conceito de reportabilidade, uma vez que um determinado relato demanda da audiência uma resposta positiva ao narrador, o que irá evitar respostas do tipo “*e daí*”, como já visto. Ou seja, apesar de não focar objetivamente os participantes da interação narrativa, o relacionamento entre eles encontra-se presente de forma implícita. De forma mais clara, também para Bruner ([1990]1997, 1994), Linde (1997), Moita Lopes (2001a, 2001b), Cortazzi e Jim (2001), Ochs e Capps (2001), entre outros autores, o caráter interpessoal da avaliação é proposto, através da importância atribuída à negociação, ao outro narrativo, ao contexto e cultura, e aos papéis sociais desempenhados pelos interlocutores narrativos.

No caso da Teoria da Valoração, a dimensão interpessoal da avaliação revela-se através da relação simbólica entre o falante, o uso da linguagem e as expectativas da audiência, sendo a avaliação entendida como uma negociação entre falante e ouvinte. Consequentemente, “(...) a avaliação, seja de forma escrita

ou falada, não pode ser vista como um fenômeno baseado apenas no texto, mas intrinsecamente preso à dinâmica relação interpessoal entre falante/escritor e a audiência” (Page, 2003:212).

A preocupação com a **dimensão moral** da avaliação é um terceiro ponto de contato apresentado pelas duas perspectivas teóricas. Linde (1997) e Ochs e Capps (2001), por exemplo, dentro dos estudos desenvolvidos sobre a avaliação em narrativa, tratam da questão do posicionamento moral em narrativas e entendem a avaliação como uma forma particular de julgamento normativo sobre valores e crenças. A Teoria da Valoração igualmente se preocupa em investigar, descrever e explicar as possíveis formas usadas por falantes/escritores com o objetivo de avaliar, adotar posicionamentos/posturas morais e construir *personas* textuais (White, 2009). Através de avaliações voltadas para julgamentos destas atitudes, a Teoria da Valoração busca avaliar como a ética e o posicionamento moral se manifestam através da linguagem, o que, no caso deste trabalho, será investigado através das narrativas de experiências pessoais.

4.1.2.2

Entendendo a Valoração

O termo “Valoração”, nesta Tese, é entendido como “um recurso semântico usado para negociar emoções, julgamentos e apreciações” (Martin, 2001:145). Valoração, assim, é aqui entendida de forma ampla, que engloba os diferentes usos avaliativos da linguagem, incluindo aqueles que falantes/escritores adotam com o intuito de expressar e transmitir seus julgamentos a respeito do mundo e das pessoas que os cercam. Deste modo, a Valoração pode ser entendida como “**um sistema da semântica do discurso**” (Martin e White, 2005:25), sendo também compreendida como “**o uso avaliativo da linguagem**” (White, 2009:2).

Também destacada por Martin e White (2005:1) na apresentação de sua proposta teórica, na linguagem, a Valoração,

(...) preocupa-se com o interpessoal na linguagem, com a presença subjetiva de escritores/falantes nos textos enquanto adotam posturas tanto em relação ao material que apresentam como em relação [ao material] daqueles com os quais se comunicam. Preocupa-se com a forma pela qual escritores/falantes aprovam ou desaprovam, se entusiasmam ou abominam, aplaudem ou criticam; e como eles posicionam seus leitores/ouvintes a fazer o mesmo. Preocupa-se com a construção de textos feitos por comunidades que compartilham os mesmos

sentimentos e valores e com os mecanismos linguísticos usados para compartilhar as emoções, gostos e julgamentos normativos. Preocupa-se com a maneira pela qual escritores/falantes constroem para si identidades autorais ou *personae*; com a forma que eles se alinham ou marcam seu distanciamento com ouvintes/leitores reais ou potenciais e como eles [escritores/falantes] constroem para os seus textos uma audiência pretendida ou ideal.

Portanto, a Teoria da Valoração pode ser definida como uma perspectiva de análise textual, situando-se no campo da avaliação das atividades interpessoais, no nível da semântica do discurso. Tais atividades são dinamicamente estabelecidas ao longo do texto, isto é, os significados são criados no discurso durante as interações sociais, de acordo com aspectos contextuais específicos a cada interação. Conseqüentemente, cada elemento avaliativo será interpretado de acordo com estes fatores contextuais e socioculturais e, como ressaltado por Martin e White (2005:52), “quando se trata do uso da linguagem em contexto, geralmente um determinado item lexical irá sofrer variações quanto ao seu valor, de acordo com este contexto”.

Os significados podem ser construídos, ainda segundo Martin e White (2005), de acordo com três níveis e, em sua teoria, os autores sugerem o conceito de *realização*, que vem a ser “a ideia de que a linguagem é estratificada em sistemas semióticos envolvendo três ciclos de codificação, em diferentes níveis de abstração” (2005:8), conforme representa a Figura 11, a seguir

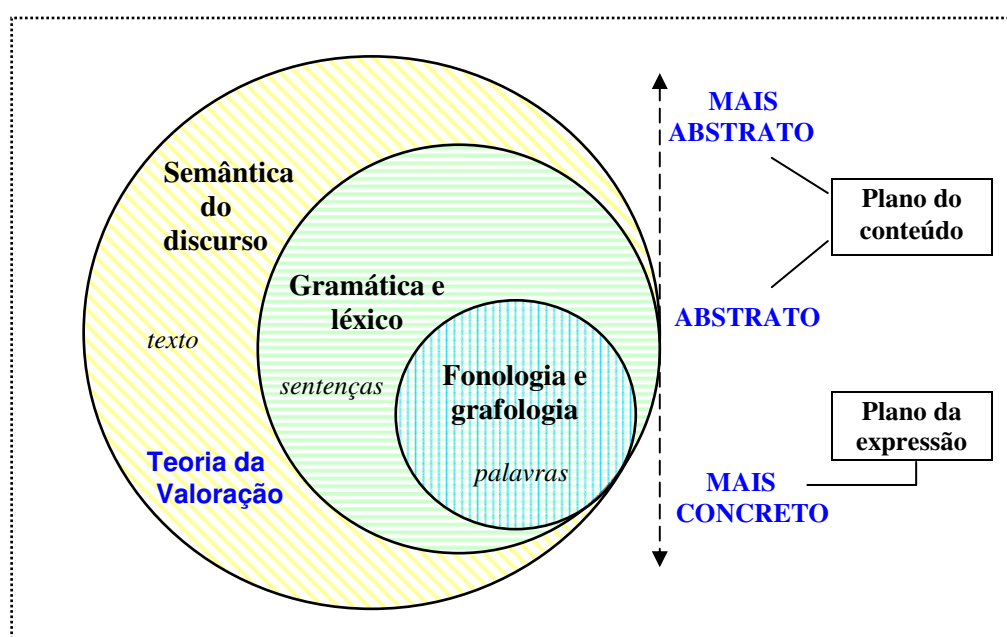


Figura 11 - Estratificação da linguagem (adaptada de Martin e White, 2005:9).

Estes níveis de abstração realizam-se de acordo com uma escala “mais concreto/mais abstrato”. O nível da **fonologia e grafologia** apresenta-se como o mais concreto, sendo representado pelas *palavras* e pertencendo ao *plano da expressão*. A seguir, o nível da **léxico-gramática** já se encontra na dimensão abstrata da linguagem, sendo representado por *sentenças*; integrando, junto com o nível da **semântica do discurso**, o *plano do conteúdo*. A semântica do discurso revela-se no nível máximo de abstração, sendo foco de uma análise maior e mais complexa, tendo o *texto* como unidade de análise. É neste terceiro nível que se insere a Teoria da Valoração. Os significados criados pela forma de valoração proposta por Martin “se espalham por toda a gramática, não respeitando as barreiras gramaticais; e é por isso que a Teoria da Valoração se localiza no domínio da semântica do discurso e não no nível da léxico-gramática” (Martin, 2006, comunicação pessoal¹⁴).

Três grandes sistemas – ou domínios – compõem a Valoração, estando inter-relacionados: ATITUDE, ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO (Martin, 1997, 2001, 2006). Cada domínio é entendido pelo autor como “uma região de significados” e três perguntas podem ser feitas com o intuito de melhor definir estes três sistemas. A ATITUDE pode ser abordada através da questão “*Qual a natureza da avaliação?*”, o ENGAJAMENTO a partir de “*De onde vem a avaliação e que vozes nela se encontram?*” e, em último lugar, a GRADAÇÃO pode ser vista tendo-se em conta a pergunta “*O quão forte é a avaliação?*” (Martin, 2006, comunicação pessoal).

A representação destes três sistemas encontra-se na Figura 12, a seguir:

¹⁴ Neste capítulo serão mencionados alguns comentários feitos por Jim Martin durante o seu minicurso *Appraisal Analysis: exploring evaluation*, do qual participei como aluna inscrita, durante o 33^o Congresso de Linguística Sistêmico-Funcional, ocorrido na PUC-SP de 6 a 8 de julho de 2006.

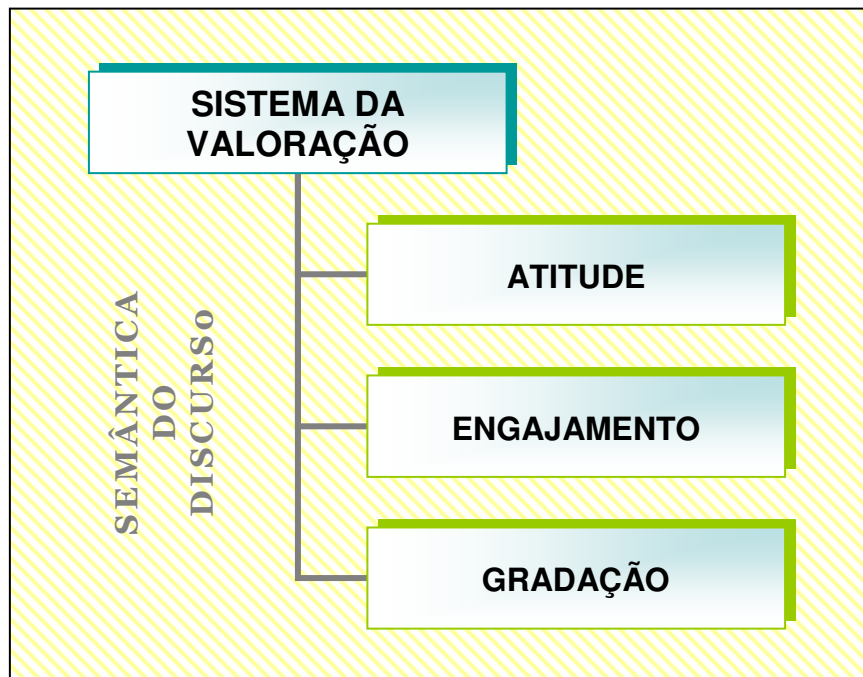


Figura 12 - Sistema da Valoração.

Por sua vez, estes domínios/sistemas ATITUDE, ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO dividem-se em diferentes subsistemas, oferecendo, cada um, contribuições particulares. Entretanto, com o intuito de analisar as narrativas de experiências pessoais em sala de aula universitária para a análise dos recursos avaliativos, me concentrarei apenas no domínio ATITUDE,¹⁵ que será discutido no item 4.1.2.3, na página seguinte.

Este sistema da ATITUDE preocupa-se com os nossos sentimentos, incluindo reações emocionais, julgamentos de comportamento e apreciação das coisas em geral (Martin e White, 2005:35), dividindo-se em três subsistemas: AFETO, JULGAMENTO e APRECIÇÃO, conforme represento na figura a seguir.

¹⁵ Para uma apresentação detalhada sobre os domínios ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO ver Martin e White, 2005 e White, 2009.

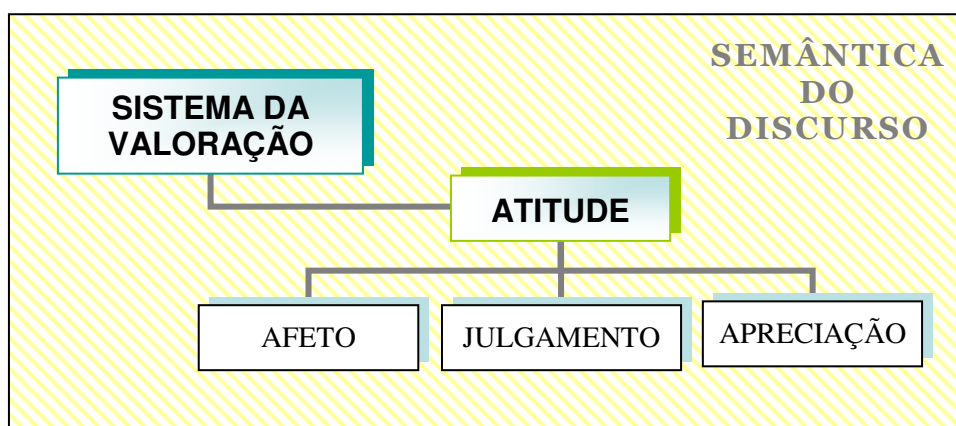


Figura 13 - Subsistemas da Valoração.

4.1.2.3

ATITUDE: três formas de sentimentos

O domínio da Valoração no qual foco minha análise é o sistema da ATITUDE e suas subcategorias: AFETO (lida com os recursos usados para a construção de emoções particulares), JULGAMENTO (preocupa-se com os elementos avaliativos de comportamentos) e, por último, APRECIÇÃO (voltado para a construção dos valores de coisas ou fenômenos). Enquanto o AFETO preocupa-se com as emoções, o JULGAMENTO visa à ética e, a APRECIÇÃO, à estética. A Valoração pode ser, deste modo, considerada a **“linguagem da emoção, da ética e da estética”** (Hope e Read, 2006). Estas três subcategorias formam o que, segundo Martin (2006, comunicação pessoal), pode ser entendido como as “três regiões semânticas da avaliação”.

Apesar de cada um destes subsistemas possuírem características individuais – bem como referirem-se a aspectos diferentes –, estes se encontram interligados a partir do AFETO, uma vez que todos os subsistemas estão conectados ao campo da emoção. Page (2003:213) entende que “a distinção entre estas três categorias (...) é principalmente semântica (...)”, sendo o AFETO considerado o “sistema básico” (Martin, 2001:147), como pretende demonstrar a ilustração que sugiro a seguir.

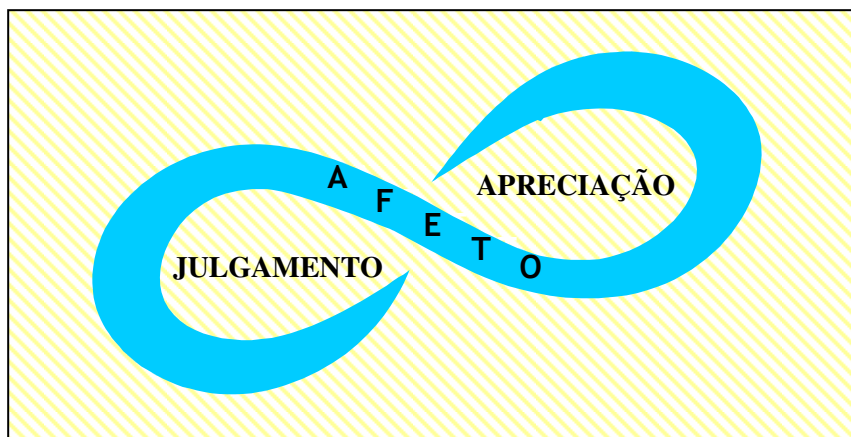


Figura 14 - Representação do AFETO no JULGAMENTO e na APRECIÇÃO.

As infinitas possibilidades de escolhas avaliativas reveladas a partir dos subsistemas da ATITUDE apresentam, de forma geral, uma conexão entre si a partir do AFETO, já que este é considerado, como já dito, o sistema básico da Valoração. Segundo Martin, “nós nascemos com uma grande quantidade de afeto, que necessita ser controlado e valorado” (2006, comunicação pessoal). É através do JULGAMENTO e da APRECIÇÃO que isto poderá ocorrer, quando estes dois subsistemas da ATITUDE encontram-se a serviço do AFETO.

No amplo domínio semântico da ATITUDE, as enunciações revelam se uma determinada pessoa, coisa, ação ou situação está sendo avaliada de **forma positiva ou negativa**. Os posicionamentos de atitude tomados por falantes/escritores geralmente não são expressos por um só item lexical, mas por frases ou pela interação de múltiplos elementos em um enunciado, ou seja, por trechos maiores de linguagem (Martin e White, 2005; White, 2009). A interpretação dos recursos avaliativos se baseia não apenas em uma só palavra, mas na interpretação do texto como um todo (White, 2009) – visto que, “quando dizemos como nos sentimos não o fazemos em apenas um lugar, mas ao longo de todo o texto” (Martin, 2006, comunicação pessoal) –, bem como no sistema de crenças que o ouvinte/leitor traz na hora deste processo de interpretação.

Desta forma, podemos entender, como também proposto pelo autor, que a avaliação realiza-se no texto, assim como a *prosódia* se realiza na sentença, através da “variação na altura, intensidade, tom, duração e ritmo da fala” (Ferreira, 1999). Da mesma maneira que estes elementos prosódicos realizam-se ao longo da sentença (e não em apenas um ponto), Martin propõe que o sentido

criado pela avaliação realiza-se em “mais de um único segmento em um texto” (2006, comunicação pessoal), ou através da “interação de múltiplos elementos de um enunciado” (White, 2009).

Além disto, as posturas tomadas em relação à atitude podem ser reveladas de **forma explícita** (quando o sentido das palavras é diretamente construído no texto e podemos apontar quais palavras ou combinações de palavras expressam um sentido negativo ou positivo) ou de forma **implícita** (quando a avaliação é inferida a partir de significados criados pela participação de ouvintes/leitores ao interpretar o que foi dito/escrito pelo falante/escritor).

AFETO

O AFETO é entendido nesta abordagem teórica como um recurso semântico para a construção de emoções (Martin, 2001:148), expressando atitudes que demonstram “como alguma coisa nos faz *sentir*”, ao invés de, “como alguma coisa nos faz *pensar*” (Eggins e Slade, 1997:129). O domínio do AFETO nos faz considerar “como nos sentimos quando algo nos acontece” e indica como nos orientamos emocionalmente a uma pessoa, coisa, acontecimento ou situação (Balocco, Carvalho e Shepherd, 2007:651). Lexicalmente, o AFETO é representado, por exemplo, por verbos que denotam emoções (amar, adorar, odiar, enraivecer, agradar, etc.), advérbios – geralmente de modo (felizmente, tristemente, etc.) –, adjetivos que exprimam emoções (feliz, triste, confiante, preocupada, etc.) e substantivos (alegria, ódio, raiva, etc.). Contudo, esta categorização é apenas ilustrativa, já que a Teoria da Valoração entende que a avaliação vai além do oferecido pela léxico-gramática.

O AFETO pode ser expresso de duas formas: *autoral* (em primeira pessoa) e *não-autoral* (em segunda e terceira pessoas). No primeiro caso, os elementos avaliativos envolvem um posicionamento negativo ou positivo do falante/escritor em relação ao fato, pessoa, coisa, situação ou ação avaliada, o que gera a responsabilidade deste falante/escritor sobre o elemento avaliado. Segundo White (2009), esta é a função retórica mais óbvia do uso do AFETO, quando fenômenos que ocasionam emoções positivas são vistos de forma positiva e, contrariamente, fenômenos que disparam emoções negativas são considerados negativos.

Mais do que isso, e ainda segundo White (2009), tais avaliações autorais voltadas para as emoções residem inteiramente na subjetividade do

falante/escritor, sendo um modo de avaliação personalizado e individual. Através desta avaliação, o falante/escritor procura estabelecer uma relação interpessoal com o ouvinte/leitor, pois, para que uma avaliação possua valor, a audiência precisa confirmar a relevância e significado, através do “recibo” (Cortazzi e Jim, 2001). Esta confirmação, atestando a relevância da avaliação, acarretará a solidariedade e empatia entre falante/escritor e ouvinte/leitor.

O exemplo abaixo, retirado do Fragmento 5 da análise dos dados (cf. cap. 7, p. 202), objetiva ilustrar uma ocorrência de AFETO autoral, quando o uso das palavras “idiota” e “imbecil” apresenta explicitamente e negativamente a avaliação e reação da narradora.

“... eu e todos os finlandeses que eu conhecia, a gente falava a mesma coisa. A gente se sente idiota, imbecil, porque era a mesma coisa... Não conseguíamos falar, sempre quando [eu] tentava falar uma coisa [o] outro já interrompia e aí a conversa foi para outra direção [eu] nunca consegui retomar ...”

A questão não-autoral da avaliação pelo AFETO ocorre quando o falante/escritor se apresenta como um mero locutor/narrador das emoções de terceiros, não assumindo responsabilidade (ao menos diretamente) por nenhuma avaliação negativa ou positiva. O exemplo que apresento a seguir (cf. Fragmento 8, p. 243) pretende demonstrar uma ocorrência do AFETO não-autoral:

“... minha aluna. Eu conhecia ela. Ela estava até fazendo o projeto de mestrado aqui e ela falou assim: ‘Fulana gosta de estudar, é cabeça né, Carla? Eu não vou conseguir ela é cabeça’. E eu [disse]: ‘O que é cabeça?’ ‘Ah, ela, pô, ela sabe tudo; ela pega tudo; ela é o máximo. É isso.’ ...”

Neste caso, esta fala não exprime diretamente os sentimentos do falante, nem revela sua responsabilidade sobre a avaliação, mas está apenas atuando como um “relator” dos sentimentos de uma aluna em relação ao fato de sua amiga ser “cabeção” e o “máximo”.

JULGAMENTO

As avaliações que correspondem ao subsistema JULGAMENTO relacionam-se a questões éticas, a avaliações normativas de comportamentos humanos, ou seja, relacionam-se a avaliações sobre as formas nas quais as pessoas

devem ou não comportar-se e, assim como para Linde (1997), ao seu posicionamento moral. Como no AFETO, o JULGAMENTO possui uma dimensão positiva e outra negativa, correspondendo a julgamentos negativos ou positivos sobre um determinado comportamento. As categorias desta dimensão representam um “recurso para avaliar o comportamento de uma pessoa que tanto pode estar de acordo ou transgredindo as normas sociais do falante” (Eggins e Slade, 1997:130), e uma avaliação de JULGAMENTO pretende responder “*como você julgaria este comportamento?*”. Nesta subcategoria de ATITUDE, o foco de análise é a linguagem que elogia, critica, aplaude ou condena certos comportamentos, ações, crenças, façanhas, motivações, etc.

Os valores de JULGAMENTO envolvem apreciações que irão acarretar o aumento ou diminuição da estima do avaliado em sua comunidade, quando avaliações de normalidade, competência, equilíbrio psicológico, entre outras, são realizadas. Certamente, estes valores serão avaliados de acordo com a cultura, crenças e ideologias do avaliador em uma dada situação, geralmente sendo baseados nas experiências particulares deste mesmo avaliador.

Assim como no AFETO, o JULGAMENTO pode acontecer de forma explícita (quando há a presença de algum traço linguístico que possua um valor de JULGAMENTO), como, por exemplo, a palavra “vexame” no trecho abaixo, retirado do Fragmento 2, analisado no capítulo 6 (cf. p. 139):

“... eu passei vários vexames, mas o vexame que eu mais me lembro ...”

O JULGAMENTO também pode acontecer de maneira implícita, quando comportamentos adotados em uma determinada cultura invocam atitudes avaliativas, podendo ser ilustrado pela fala a seguir, também retirada do Fragmento 2 (cf. p. 139):

“... e eu acho que você reagiu, assim, dentro desta cultura. ...”

Por último, o JULGAMENTO pode relacionar-se à *estima social* ou à *sanção social*. No primeiro caso, **estima social**, o julgamento “tem a ver com a ‘normalidade’ (*o quão normal alguém é*), a ‘capacidade’ (*o quão capaz/incapaz eles são*) e com a ‘tenacidade’ (*o quão firme ele é*)” (Martin e White, 2005:52).

Esta categoria de JULGAMENTO tende a ser produzida pela cultura oral, através de conversas informais, fofocas, histórias ou piadas, quando, neste último caso, o humor desempenha um papel crítico.

No caso da **sanção social**, o JULGAMENTO lida com a veracidade (*o quão honesto alguém é*) e com a conduta (*o quão ética esta pessoa é*). É através de regras formais e normas escritas que o JULGAMENTO será realizado, a partir de sanções impostas pela lei ou pela religião.

Martin (2006:68) propõe que, em caso de JULGAMENTO referente à estima social, devemos “procurar um terapeuta”, mas, no caso de uma sanção social, “não devemos hesitar em contratar um advogado”. Com isto, o autor pretende realçar que, em relação à estima social, as avaliações compreendem admiração e crítica e, geralmente, não possuem implicações legais, sendo consideradas “pecados veniais”. Por outro lado, as avaliações realizadas devido ao JULGAMENTO de uma sanção social tendem a envolver elogios e censuras, geralmente com implicações legais. Neste caso, o autor se refere a comportamentos entendidos como “pecados mortais”.

APRECIACÃO

Da mesma forma que o JULGAMENTO, na APRECIACÃO o foco da avaliação centra-se mais no “avaliado”, do que no “avaliador”. Mas, de maneira diferente, temos no centro desta categoria uma preocupação com a estética e com a forma, aparência, composição ou impacto de objetos, processos e fenômenos naturais, situações e *performances* (White, 2009; Martin e White, 2005). Segundo Eggins e Slade (1997:126), uma avaliação de APRECIACÃO pretende responder a questões como “*o que você pensa disto?*”.

Eggins e Slade ainda ressaltam que, lexicalmente, a APRECIACÃO pode ser revelada tanto por palavras como por textos maiores, sendo que ambos combinam expressões de preferências/não-preferências, como também indicam “nossas avaliações particulares de pessoas, objetos ou entidades (...) [e,] gramaticalmente, itens lexicais de APRECIACÃO tendem a enquadrar-se em estruturas de processos cognitivos mentais, tais como, *eu acho/penso/entendo/acredito que foi assim*” (1997:126).

Diferentemente das duas subcategorias anteriores, na APRECIACÃO não existe referência ao comportamento humano, já que avaliações do tipo

certo/errado ou correto/incorreto não ocorrem neste subsistema. Porém, como nas duas primeiras, nesta subcategoria também encontramos as dimensões negativa e positiva de avaliação. Como exemplo de uma apreciação de um objeto, temos o trecho a seguir, retirado do Fragmento 6 (cf. p. 239). Neste exemplo, o avaliador é completamente excluído da avaliação e nenhum tipo de comportamento está sendo avaliado.

“... você me empresta uma caneta?” Aí a outra pessoa fala assim: “vou te dar vou te dar a mais vagabunda. Se você não me devolver não tem importância.” “Ah, mas preta? Não tem azul não? ...”

A APRECIACÃO pode ser transmitida de três maneiras: *reação*, *composição* e *valor social* (Eggins e Slade, 1997).

- **reação**: ocorre quando existe uma reação a um objeto ou a uma pessoa tratada como um objeto (por exemplo, bonito, esplêndido, irritante, repulsivo, entre outros). Responde a “*o quão bom/ruim você acha que isto é?*”
- **composição**: relaciona-se à coesão de um texto ou processo, revelada através de avaliações de coisa/pessoas/fenômenos/processos do tipo “harmônico, bem apresentado, inacabado, assimétrico, etc.”. Responde a “*como você acha que ficou o todo, a composição de partes?*”
- **valor social**: se refere a avaliações voltadas para o conteúdo das mensagens emitidas. Exemplos deste tipo de avaliações incluem “provocativo, significativo, provocante, desafiador, inspirador, superficial, irrelevante, entre outros”. Responde a “*como você julga/entende isto?*”

Como forma de resumir as características mais importantes de cada subsistema, sugiro a Figura 15, a seguir.

Subsistemas Nuances	AFETO	JULGAMENTO	APRECIÇÃO
Avaliação	Emoções	Comportamentos humanos	Forma, aparência, composição de objetos, processos e fenômenos naturais, situações e <i>performances</i>
Foco	Avaliador	Avaliado	Avaliado
Categorias	Positivo/Negativo Autoral Não autoral	Positivo/Negativo Estima social Sanção social	Positivo/Negativo Reação Composição Valor social
Questão	<i>“Como você se sente em relação a isto?”</i>	<i>“Como você julga este comportamento?”</i>	<i>“O que você pensa/acha disto?”</i>
Consequência	Reação	Normatização	Atributo
Linguagem	Emoções	Ética	Estética

Figura 15 - Apresentação das características principais dos subsistemas da ATITUDE.

Apesar da divisão tripartida do sistema ATITUDE, alguns elementos avaliativos podem se sobrepor e pertencer a dois subsistemas simultaneamente, sendo esta sobreposição um dos possíveis aspectos da Teoria da Valoração a ser considerado como “áreas analíticas difíceis”, como comentado por Balocco, Carvalho e Sheperd (2007: 653).